bal definido pelas relações sociais existentes no espaço social estruturado.

Manuela Menezes

MAPES, Roy — *Mathematics and Sociology* — B. T. Batsford, Londres, 1971, 77 pp.

Um prefácio e cinco partes, abrangendo setenta páginas úteis, integram este livro que pretende cumprir o objectivo de inventariação de alguns ramos da matemática, com provas dadas na análise sociológica.

Que matemática?

Algumas noções elementares sobre teoria dos conjuntos recobrem a secção inaugural do volume, constituindo a álgebra das matrizes o segundo momento do trajecto que, apressadamente, Roy MAPES pretende seguir. Alguns dos conceitos que aqui surgem são reutilizados subsequentemente, quando se expõem as teorias das cadeias de Markov e dos grafos. Nas páginas terminais, fornecem-se os elementos que, não só se consideram prioritários para uma compreensão do cálculo diferencial e integral, como se presumem inspiradores do que Roy MAPES designa por sociologia dinâmica, insusceptível já de formalização com recurso à álgebra matricial.

Certas ausências se anunciam e são assumidas no prefácio: topologia, teoria das probabilidades, estatística indutiva. Razão: «Since the aim has been to produce a text which is truly introductory, some mathematical areas of promise for sociology have been omitted».

Que sociologia?

As referências aos sectores da sociologia onde os conceitos matemáticos explanados podem, com proveito, utilizar-se são fugazes e quase nunca convincentes. Assim, por forma tão só indicativa, a sociologia das organizações é equivocamente contrapontuada com as teorias dos conjuntos e dos grafos, a sociometria com matrizes e cadeias de Markov, a sociologia dinâmica com cálculo infinitesimal.

Fica por provar o que mais importava num texto declaradamente introdutório ao tema que o seu título regista: a capacidade de reinvenção que, também na investigação sociológica, uma teoria pode conferir a um conjunto, por si só inexpressivo, de técnicas. Se uma investigação concreta exige que a estas técnicas se recorra, não bastará contudo justapô-las a fragmentos espúrios de um corpo teórico cujos contornos apenas se vislumbram, para que, do processo de produção que essa investigação constitui, resultem efectivamente produtos de conhecimento.

E, porque a conjunção copulativa que o livro acolhe no seu título o responsabiliza, sentir-nos-íamos autorizados a considerá-lo inconsequente, caso alguma vez um livro o tivesse sido.

José Madureira Pinto

NAVILLE, Pierre — *Bureaucratie et révolution (Le Nouveau Léviathan, 5)* — Paris, Editions Anthropos, 1972, 390 pp.

O relevo adquirido pela burocracia, enquanto forma de organização, nas sociedades industrializadas, preocupa, há muito tempo, grande parte dos que se dedicam às ciências sociais ou delas esperam uma resposta adequada aos fenómenos de «disfunção» que necessàriamente a acompanham.

Pierre NAVILLE, com a publicação do livro *Bureaucratie et révolution,* que constitui o 5.º volume da sua notável obra *Le Nouveau Léviathan,* insere-se, portanto, num espaço de preocupações que, não sendo novas, não deixam de ser profundamente actuais. Seguindo, aliás, na direcção apontada por MARX, para quem a crítica da burocracia não é senão a crítica do Estado e das relações impostas por ele, NAVILLE faz uma análise profunda do socialismo de Estado vigente na U.R.S.S, examinando pormenorizadamente as conexões existentes entre as instituições políticas e as estruturas socio-económicas, e concluindo que se trata duma nova burocracia de Estado e, por conseguinte, duma nova forma de exploração dos trabalhadores, em benefício duma nova camada social que, por intermédio do Estado, mantém e aumenta os seus privilégios. Ao mesmo tempo, tenta detectar «as condições gerais nas quais o socialismo burocrático de Estado se torna e já é arena de movimentos e de tendências revolucionárias características».

Uma vez que as sociedades actuais se traduzem num sistema de poder constituído, essencialmente, pelo Estado burocrático e uma vez que na U.R.S.S. o Estado é o partido, o autor analisa com particular atenção o partido comunista, enquanto órgão de poder, quer nas suas relações com a Constituição e com as organizações sociais existentes, tais como os sovietes e os sindicatos, quer na sua estrutura e nas suas funções. E o partido aparece, assim, como uma burocracia dotada de regras impessoais e pormenorizadas, controlando, através dos seus membros, todo o conjunto da administração económica, social e política e governando, por conseguinte, o país através dos seus próprios órgãos e não por intermédio dos sovietes. Deste modo se estabeleceu na U.R.S.S. um novo regime de exploração, dando origem ao nascimento duma oligarquia que, tendo nas mãos a gestão dum enorme capital, expropria política e econòmicamente a classe proletária.

Tendo-se apropriado do poder num país onde o Estado é proprietário dos principais meios de produção, a burocracia criou uma situação nova a que correspondem também problemas novos, o maior dos quais diz respeito à possibilidade de gestação de movimentos revolucionários ou, pelo contrário, à capacidade integradora do sistema burocrático, reforçado pelas próprias «disfunções». A verificar-se a segunda hipótese isso significaria o fim da revolução que pretendeu estabelecer na U.R.S.S. a ditadura do proletariado, e poderia implicar, até, problemas de natureza teórica, uma vez que toda a acção pede uma organização e que toda a organização gera uma burocracia.

Pierre NAVILLE detém-se no exame das influências que a burocracia, sob a forma de partido único e totalitário, exerceu no domínio jurídico, onde o direito não é produzido pelo povo mas constitui um subproduto do poder político do Partido. Examina, em seguida, a influência da burocracia nos domínios das relações económicas e das relações sociais, procurando não só determinar os factores específicos da burocracia como sistema de organização, mas também o poder de decisão exercido pela burocracia nesses domínios. Analisa, ainda, a natureza dos principais conflitos que a burocracia moderna terá de vencer, para sobreviver, já que muitos a consideram como um mal inevitável.

Finalmente, NAVILLE procura examinar o problema da evolução possível do socialismo burocrático de Estado. É evidente que os sistemas burocráticos se modificam. Mas, no caso do socialismo burocrático de Estado, essa modificação só poderá fazer-se no sentido duma evolução mais ou menos abalada por crises de maior ou menor gravidade, ou pode prever-se a possibilidade dum *movimento revolucionário* que ponha em causa o poder burocrático, como poder político dominante? Uma revolução na U.R.S.S., a fazer-se, poderá ter o significado duma contra-revolução social, ou seja, do *retorno à propriedade privada dos meios de produção?* Ou, pelo contrário, poderá significar a *abolição do salariato e do mercado,* o estabelecimento duma pluralidade de partidos, a *devolução do poder aos sovietes?*

Não se pode negar a pertinência destas perguntas, mas nem sempre as respostas fornecidas por Pierre NAVILLE se fazem notar pela sua coerência e clareza.

António Teixeira de Sousa

REICHE, Reimut — *Sexualité et lutte de classes* — Maspero, Paris 1971, 175 pp.

Sexualité et lutte de classes, obra escrita em 1967-68, surge como documento do *movimento antiautoritário* e da *Teoria Crítica* da escola de Francfurt, acusando insuficiências teóricas e conclusões políticas imprecisas que o próprio autor reconhece no posfácio da edição presente.

A sua análise da sexualidade na civilização capitalista monopolista, pretende aplicar o materialismo histórico, mas fá-lo utilizando os métodos da *teoria crítica,* a qual «para desenvolver a noção de falsa consciência (tendo em conta o aspecto psíquico desta noção) se apoia não tanto numa análise das relações de produção em causa ou das formas correspondentes da dependência do trabalho relativamente ao capital mas, sobretudo, numa reflexão que parte da interpretação das relações entre existência e consciência e fica confinada, quase exclusivamente, à